

Discurso proferido pelo  
Deputado Geraldo Resende  
(PMDB/MS) em Sessão no dia  
25/08/2009.

## **A SAÚDE EM ESTADO DE ALERTA**

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O Brasil está de novo diante de uma iminente crise do sistema de saúde. Poderia ser apenas mais uma, como tantas que já aconteceram na história do nosso país. Mas se nada for feito, caso sigamos nessa passividade em que nos encontramos, certamente ela será a mais grave de todas as crises.

O sinal de alerta foi lançado pela Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Marcia Bassit, na última reunião do Conselho Nacional de Saúde. Nas palavras dela,



A320393E13

estão faltando R\$ 3,6 bilhões para fechar o orçamento da saúde em 2009.

É, sem sombra de dúvidas, o quadro mais grave da saúde brasileira nos últimos anos. É uma situação que está longe de ser novidade. Mas que nos obriga a todos a tomar uma providência real, caso não queiramos que milhões de brasileiros fiquem mais à margem do que já se encontram, no que diz respeito a um atendimento digno.

Esse tema é recorrente na minha vida. Mas isso não me incomoda. Orgulho-me de ser médico, de ser um dos que colaboraram efetivamente para criar o SUS – Sistema Único de Saúde; de já ter ocupado os quatro níveis de relacionamento possíveis com o sistema de saúde - fui usuário, depois fui servidor, prestador de serviços, mais tarde fui gestor e hoje, ajudo a legislar em defesa daquilo que acredito ser parte constitucional dos direitos de todo cidadão brasileiro – uma saúde decente, efetiva, de qualidade.

Ao longo dos seis anos e meio em que estou aqui no Congresso Nacional, como representante dos sul-matogrossenses, vivi momentos de glória e de tristeza. Foi triste ver o desvirtuamento gradual da utilização dos recursos



provindos da CPMF. Originalmente, eles deveriam custear a Saúde, mas com o passar dos anos os governos usaram de todos os artifícios para poder usar a arrecadação da CPMF em outras áreas.

Foi uma glória ver aprovada a Emenda Constitucional número 29 e estabelecer com todas as letras o que cabe de responsabilidade a cada um dos entes federados. Mas é triste não conseguir vê-la regulamentada até hoje, o que permite a muitos governos maquiagem os seus investimentos em saúde, fugindo ao rigor da lei.

Como membro efetivo da Frente Parlamentar da Saúde, estive presente em cada ação de defesa por mais recursos para a Saúde. Nos protestos, nos embates em plenário, nas idas e vindas a ministérios e ao próprio Palácio do Planalto. Sempre aliado aos meus colegas parlamentares que fazem da defesa da saúde, tal como eu, a razão do viver.

No episódio mais recente, conseguimos o que considero uma “Vitória de Pirro”. Refiro-me às inúmeras tentativas de regulamentar a Emenda Constitucional número 29, cujo maior mérito é estabelecer as definições do que é, do que não é investimento em saúde; e de onde; e de que



forma virão os recursos que vão financiar o Sistema Único de Saúde.

Digo isto porque, apesar de todo o nosso esforço, ainda continuamos sem essas definições. Por ora, vence a burocracia. Por ora, vence o interesse escuso, estranho ao interesse coletivo. É como se a elite que comanda o país, incluídos aí todos nós, congressistas e administradores federais, não déssemos ouvidos ao clamor que vem das ruas.

Definir com clareza de onde vem e como deve ser usado o dinheiro público é essencial para que o ministro da Saúde, seja ele quem for, livre-se da condição inaceitável de ter que andar com o pires nas mãos, em busca de recursos.

Por conta dessa distância, dessa falta de sintonia entre o poder público e a realidade da saúde brasileira, assistimos perplexos ao avanço da corrupção e de agentes inescrupulosos sobre as verbas que deveriam custear o tratamento de pessoas humildes, de brasileiros que não dispõem de outro meio qualquer para manter a sua saúde e de seus filhos.



Os efeitos da falta de regulamentação são devastadores para o SUS. De norte a Sul deste país, há milhões de exemplos de como a má gestão colabora decisivamente para deixar mais robustos os números indicadores negativos.

### **O drama da Saúde em Dourados**

Eu poderia citar um sem número de exemplos – da falta de médicos, medicamentos e equipamentos... Do drama de mulheres grávidas que morrem à espera de atendimento; da falta de leitos à má gestão dos recursos existentes e a baixa remuneração dos procedimentos médicos na tabela do SUS. São circunstâncias que permeiam o dia-a-dia dos brasileiros, independente da Região em que vivem.

Mas vou tomar como exemplo a dura realidade das pessoas que vivem no município de onde eu venho: Dourados. Os senhores são testemunhas do meu empenho e da minha luta em buscar recursos que permitam à Prefeitura de Dourados garantir um atendimento de qualidade a todos.



A320393E13

Essa luta não é de hoje. Fui médico e devolvi com trabalho e dedicação o carinho e a acolhida que a cidade me deu, desde pequeno. Fui vereador e lutei pela saúde. Fui deputado estadual e lutei pela saúde. Fui secretário estadual de saúde e transformei essa luta em conquistas reais, como o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, concluído na minha gestão.

Em seis anos e meio de atuação como deputado federal, essa minha obstinação por defender o povo de Dourados, resultou na garantia de aproximadamente R\$ 15 milhões de reais, só para a Saúde. Esses recursos já ajudaram na reforma de 10 postos de saúde e na construção de mais 04; a comprar equipamentos hospitalares, a reformar e ampliar o Hospital da Vida; e estão ajudando a construir a Clínica da Mulher, uma estrutura tão bem equipada que vai servir de referência para todo o Centro-Oeste brasileiro.

Arrisco-me a dizer que em nenhum outro momento da recente história política de Dourados o trabalho de um parlamentar resultou em tantos benefícios diretos à população. Na verdade, essa é a minha missão e eu não faço



A320393E13

mais do que a minha obrigação quando luto por mais recursos aqui em Brasília. Infelizmente, essa não é a regra.

Há poucas semanas, o desfecho de duas operações da Polícia Federal, a “**Owari**” e a “**Brothers**”, trouxe à tona uma rede de corrupção que incluía, empresários, políticos, secretários municipais e servidores públicos. Mais de quarenta pessoas foram presas. Para nossa angústia, uma das áreas de maior atuação dessa quadrilha era justamente a Saúde.

As prisões, feitas com base numa investigação de mais de dois anos, tornaram público o método de ação da quadrilha. Fraude em licitações, contratos acertados, pagamento de propinas e, o que é mais grave de tudo, o dinheiro público que deveria garantir a saúde da população, desviado para o enriquecimento de bandidos.

Foi frustrante também perceber que a atual administração ficou ferida de morte. O vice-prefeito, secretários municipais, servidores de confiança, todos foram parar na prisão e agora vão responder a processos. A prefeitura vive um colapso e o prefeito sequer teve condições



de recompor o seu secretariado e o seu quadro de funcionários de confiança.

Diante desse drama é possível, agora, compreender porque sempre que vou a Dourados tenho a impressão de viver em um “muro de lamentações”. As pessoas reclamam da falta de assistência, do descaso das autoridades. Tanto que decidi formalizar junto ao DENASUS, à Secretaria de Estado de Saúde, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público da União, à Controladoria Geral da União e ao próprio ministro José Gomes Temporão, da Saúde, um pedido de auditoria nas contas da Saúde em Dourados.

Faço isso com a consciência de que não posso me omitir diante de uma estrutura municipal que, por má gestão, já teve três secretários de saúde em apenas oito meses de governo. Se a população está em estado de choque, cabe a mim, como seu representante legal, buscar os meios que levem ao estancamento dessa sangria nas contas públicas.

Recuso-me a admitir que casos como o do “seu” José Matise, de 52 anos, continuem a acontecer. Há um ano,



A320393E13

ele espera sem sucesso pela chance de fazer uma cirurgia de catarata; Ou histórias como a do Roberlei Melo, de 23 anos, que é cobrador e sofreu um acidente de moto. Ele tenta, em vão, fazer uma cirurgia no tornozelo para poder voltar a andar normalmente.

O sofrimento dos pacientes com câncer, como a Dona Elba Pedroso da Silva, também é revoltante. Ela precisa passar por sessões de radioterapia, mas o aparelho em Dourados está quebrado há mais de três meses. A saída é tentar a sorte em Campo Grande. E apesar das dores, ela enfrenta uma fila de espera no hospital do câncer, único local onde o equipamento está funcionando.

São brasileiros que pagam os seus impostos fielmente. Que ajudam esse país a crescer com o suor do seu trabalho, mas que não conseguem receber de volta o cuidado com a saúde que a Constituição lhes garante.

Uma rápida análise dos relatórios do SIOPS - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE mostra que, em 2008, a União foi responsável pelo repasse de 83% dos recursos destinados à Saúde do município de Dourados. Isso equivale a 47,3% de



todo os recursos transferidos pelo governo federal para a cidade. Números que estão longe de ser desprezíveis. E por trás da garantia desses recursos há um muito do trabalho parlamentar que desenvolvo aqui em Brasília.

Porém, uma análise mais detalhada revela que, nos últimos dois anos, houve um crescimento significativo, de 24,5%, no coeficiente de mortalidade infantil. Isto comprometeu o posicionamento da cidade de Dourados na tabela que mede esse tipo de índice.

O principal componente da mortalidade infantil em Dourados são os casos registrados no período neonatal (idade entre 0 a 28 dias), que representou 67,6% dos óbitos em menores de um ano. Isso é resultado de problemas da gravidez, parto e má-formações. O desafio de reduzir esses índices exige um grande investimento, por exemplo, no aumento de leitos no setor de terapia intensiva neonatal.

Em relação aos índices de mortalidade materna também houve crescimento. Só em 2008, cinco mulheres morreram de complicações no parto, o que representa um aumento de 158,07% em relação ao ano anterior.



É muito difícil entender por que isso está acontecendo já que outra tabela comparativa do SIOPS revela que, enquanto a Capital do Estado, Campo Grande, com seus mais de oitocentos mil habitantes, teve um gasto na saúde de R\$ 540,95 por habitante, Dourados, cuja população não passa de 190 mil habitantes, gastou R\$ 566,22 por habitante.

Isso sugere que algo não está bem na administração dos recursos da Saúde em Dourados. Das duas, uma: ou os administradores são incompetentes ou o dinheiro da saúde está sendo desviado para outros fins, enquanto a população sofre com a falta de assistência.

Não bastasse o sofrimento da população, há todo momento surgem evidências de perseguição a funcionários públicos. São profissionais determinados a cumprir com a sua função, que não admitem o jogo do poder e que por isso são punidos com transferências, preconceito e discriminação, num claro exemplo de assédio moral.

As respostas a essas e outras questões deverão surgir na medida em que as auditorias que já solicitei ao DENASUS, à Secretaria de Estado de Saúde, ao Tribunal de



A320393E13

Contas da União, ao Ministério Público e à Controladoria Geral da União sejam concluídas.

Faço esse relato citando a minha cidade de Dourados, mas o drama da saúde pública se estende pelo Brasil a fora, desde os mais longínquos rincões até os grandes centros. Portanto, senhoras e senhores, este é o momento em que o Congresso Nacional não pode se omitir.

Todos nós devemos entrar nessa guerra e fazer pressão para que a regulamentação da Emenda Constitucional 29 seja enfim votada pela Câmara e possa seguir para a casa de origem, o Senado Federal. Ninguém quer correr o risco de um novo “apagão” na saúde.

A pandemia da gripe Influenza A H1N1 se alastra pelo Brasil, levando angústia e preocupação a todos os brasileiros. E o Ministério da Saúde vai precisar de pelo menos mais R\$ 1 bilhão para enfrentá-la de forma eficiente. A solução para esse enfrentamento também passa pela regulamentação da Emenda Constitucional 29.

Não temos tempo a perder. A discussão sobre a criação da CSS, a Contribuição Social para a Saúde é



A320393E13

polêmica, pode agradar a uns e desagradar a outros. Mas o que não podemos é ficar inertes diante disso tudo. Por isso eu faço um apelo aos líderes de todos os partidos e também aos parlamentares da oposição para que não se oponham a esta votação.

Com a aprovação da CSS o Ministério da Saúde espera arrecadar mais R\$ 12,5 bilhões. Sem a CSS, a correção do orçamento da saúde, de acordo com a variação nominal do PIB, será de apenas 5,6%, percentual bem menor que os 12%, em média, registrados nos últimos anos.

Além do esforço para aprovar a regulamentação da Emenda Constitucional 29, nós temos o desafio de lutar por recursos imediatos, objeto de compromissos assumidos pelo Governo e que ainda não foram cumpridos. Quando o Congresso Nacional aprovou o Orçamento da União para 2009, no valor de R\$ 1,3 trilhão, o relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS), seguindo orientação do Ministério do Planejamento, cortou R\$ 10,3 bilhões, sendo R\$ 1,85 bilhão só do setor de saúde.

Naquele momento, o governo, através dos seus líderes, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) e a então



A320393E13

senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), deram garantias de que os cortes seriam recompostos até o mês de março, o que não aconteceu.

Como integrante da Frente Parlamentar da Saúde também quero cobrar uma suplementação de R\$ 2,1 bilhões, que é o equivalente ao déficit que existe nos setores de UTI e média e alta complexidade. O governo precisa ter consciência de que, para atender adequadamente a população brasileira ainda este ano, o Sistema Único de Saúde precisa de mais R\$ 4 bilhões.

Nesse momento, quero manifestar a minha solidariedade ao ministro José Gomes Temporão. Renovar o meu compromisso com a defesa da saúde de qualidade e ter fé na nossa luta. Ela não será em vão.

Muito obrigado.

**GERALDO RESENDE**  
Deputado Federal PMDB/MS



A320393E13